



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 5 - 2009/2013

Data da Sessão : 29 de Abril de 2010

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

Preciosa da Silva Marques, Manuel Marques Dias, João de Matos Filipe,
Vasco Rodrigo Silva Marques, Ana Maria F. de Matos, Pedro Manuel Marques
Jana, César Manuel Guerra Sequeira Estrela, Manuel Augusto da Silva Vacas, Manuel de
Jesus Serras, João Matias Rito, Vitor Manuel Gonçalves, Ana Rita Marques Pereira,
Margarida Sofia Canas Marques, Rodrigo Marques, Abílio Farinha Tavares, Célia Maria
Mendes Rodrigues, Fernanda Maria Pedro Lourenço, Joaquim Rita António, Carlos Alberto
Farinha Leitão, Nuno Gonçalo da Silva Bragança, João Luís Matos Pereira, Jaime Filipe
Nunes Conde, João Manuel Rosa Ferreira, Valter Filipe Serras Marques.

Faltas Justificadas: Duarte Baptista de Matos Marques, Hélder Jacinto de Oliveira, Paulo
Alexandre Tavares da Silva, Maria Manuela M. Mata Marques

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta n.º 5 - 2009/2013
29 de Abril de 2010

-----INICIO-----

--- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**
- 2 Discussão e votação do projecto de Regulamento do Parque de Campismo de Ortiga**
- 3 Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2010**
- 4 Discussão e votação do Relatório de Contas e Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação referentes ao ano de 2009.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Baptista de Matos Marques, Hélder Jacinto de Oliveira, Maria Manuela M Mata Marques que justificaram a sua falta em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais Vasco Rodrigo Silva Marques, Célia Maria Mendes Rodrigues e Margarida Sofia Canas Marques.-----
Faltou ainda o vogal Paulo Alexandre Tavares da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos que se fez representar por Carlos Alberto Farinha Leitão.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- A Srª. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos lendo, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- Em seguida, colocou à discussão a acta nº 4 – 2009/2013, referente à sessão ordinária de 22 de Fevereiro de 2010 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares intervém para solicitar informação sobre se actualmente existem normas aprovadas pela Câmara no que concerne à atribuição de subsídios às Associações do Concelho pois tem conhecimento que há algum tempo as mesmas tinham de apresentar Plano de Actividades e posteriormente Relatório de Actividades e Contas para terem acesso ao subsídio e neste momento verifica, enquanto

membro do Conselho Fiscal da Associação Cultural e Recreativa de Roda, que a mesma não recebeu qualquer subsídio ultimamente. Mais refere que esta Associação, efectivamente, não enviou Plano de Actividades nem Contas à Câmara, mas teve informação, de que existem Associações nas mesmas condições e que receberam subsídio, pelo que solicita esclarecimento sobre este assunto.

--- O vogal Valter Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Penhascoso intervém para informar que existe um funcionário da Câmara, destacado na Junta de Freguesia de Penhascoso que não cumpre o horário de trabalho legalmente em vigor e não acata as ordens dadas pelo executivo da referida Junta de Freguesia relativamente a trabalho a efectuar, alegando que é funcionário da Câmara e que não tem de cumprir nada que lhe seja destinado fazer pela Junta de Freguesia.

--- O vogal César Estrela intervém para solicitar informação sobre a situação do Auditório Municipal e das obras da Avenida Amaro da Costa, que parece estar terminada pois já não se encontram pessoas a trabalhar no local mas onde se verifica a necessidade do asfaltamento.

--- O vogal João Matias Rito intervém para referir que a Freguesia de Ortiga, dada a sua situação geográfica, junto ao Rio Tejo, é uma das freguesias do Concelho de Mação que tem potencialidades que, a serem desenvolvidas, muito podem contribuir para o desenvolvimento turístico e económico da referida Freguesia e do próprio Concelho. Assim, deixa o alerta à Câmara para este potencial que existe na Freguesia de Ortiga e que, através do QREN ou de outro Programa de apoio, fosse feita a regulamentação das margens do Tejo e que, em colaboração com a Câmara de Abrantes fosse encontrada uma solução que permita a subida de algumas espécies piscícolas, nomeadamente a lampreia e o sável para que Ortiga possa continuar na senda piscatória que lhe é característica e que é importante para a economia daquela povoação. Deixa ainda um apelo à Câmara para, relativamente ao Caminho Agrícola do Tejo, a possibilidade da continuação do mesmo até à barragem, com um outro acesso ao mesmo ligado à trincheira do rio, que seria uma segunda fase daquele projecto e que, se fosse possível ser executado, daria um grande incremento económico e turístico à nossa região.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela intervém para referir, relativamente à questão colocada pelo vogal Abílio Farinha Tavares, a Câmara deliberou recentemente atribuir os subsídios às Associações que, no ano transacto de 2008 apresentaram Relatórios de Actividades e respectivas Contas, e os valores foram basicamente os mesmos, com poucas excepções pois a Câmara entendeu que, uma vez que durante o ano de 2009

não tinham sido atribuídos subsídios, as Associações não deveriam ser penalizadas por esse facto e atendendo à situação presente de necessidade premente de alteração do Regulamento de Atribuição de Subsídios, vão ser os mesmos disponibilizados em duas tranches, sendo a segunda entregue após a recepção do referido Relatório de Actividades. Mais informou que, numa perspectiva de abertura, foi realizada uma reunião com as Associações do Concelho para a qual todas foram convidadas, e onde foi explicada esta situação, onde foi sugerido que fossem apresentadas sugestões e propostas para inclusão no Regulamento para melhorar a situação que o executivo entende não ser a melhor e, neste sentido, a Câmara continua a aguardar contributos das Associações do Concelho. Mais informa que as deliberações relativas a este assunto foram tomadas por unanimidade pela Câmara Municipal, foram ouvidas as Associações e neste contexto, a Câmara nunca foi contactada pela Associação da Roda.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares questiona sobre se a Associação da Roda terá sido convidada para a referida reunião.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela refere que foram convidadas todas as Associações que fazem parte da base de dados da Câmara, tendo havido uma ou duas Associações que não receberam o referido convite e que se dirigiram à Câmara nesse sentido, tendo sido resolvida a situação de imediato. Mais refere que, num Concelho como o nosso é normal que as pessoas conversem sobre estes assuntos e com facilidade as Associações contactam a Câmara para exporem as suas questões.

--- O Sr. Vereador António Louro refere que, efectivamente a Associação da Roda é das que tem apresentado dificuldades em adaptar-se a este modelo, tendo sido algumas vezes em anos anteriores, alertados por si para enviarem os documentos necessários dentro dos timings previstos.

--- Relativamente à questão do funcionário cedido à Junta de Freguesia de Penhascoso, o Sr. Presidente da referida Junta deveria ter comunicado à Câmara a situação que relatou pois o referido funcionário está cedido à mesma e deve cumprir o serviço que o executivo da Junta lhe destinar. Mais refere que, no que concerne à Câmara e daquilo que a mesma tem conhecimento, o referido funcionário está ao serviço da Junta de Freguesia de Penhascoso e executará o serviço que a mesma lhe indicar e por isso não tinha conhecimento da situação agora apresentada e considera que o referido funcionário deve ser convocado para uma reunião com o executivo da Câmara e

informado da sua situação para que a sua postura e comportamento sejam alterados e adequados à mesma.

--- Relativamente à questão sobre o Auditório Municipal, informa que o mesmo se encontra finalizado já há alguns meses mas surgiu um problema imprevisto, a empresa responsável pela obra encontra-se em processo de insolvência e apesar da obra estar pronta, a empresa deixou de existir, existe uma comissão de credores, existe um administrador da insolvência e a Câmara tem estado a tomar as iniciativas no sentido de lhe ser atribuída a posse administrativa da obra em substituição da empresa construtora. Mais informa que os problemas mais importantes que ressaltam desta situação para o futuro é o facto de deixar de haver uma empresa que possa responder pela garantia que é obrigada nos cinco anos seguintes à finalização da obra mas este problema será atenuado pois a caução que a empresa tinha de apresentar para garantir esse tipo de problemas, com a posse administrativa por parte da Câmara, será posta à disposição da mesma. Neste momento, o edifício está pronto e os únicos equipamentos que não estão funcionais são, o elevador que está montado mas não foi ainda ligado e o sistema de ar condicionado que está montado mas não foi posto a funcionar pois foi montado através de uma subempreitada e que o subempreiteiro não quer por a funcionar pois a empresa construtora deve-lhe bastante dinheiro. Mais informa que, apesar disto, o Auditório está pronto a funcionar e durante o mês de Maio a Câmara prevê realizar lá um evento. Relativamente ao espaço exterior, informa que a Câmara tem o projecto feito para o aproveitamento desse espaço mas há a necessidade de ser instalado um pt naquele local para aumentar a potência eléctrica necessária para o arranque dos sistemas de ar condicionado e de avac. Assim, a Câmara espera que lhe seja entregue a posse administrativa do edifício para poder resolver as questões que estão por resolver com os fornecedores destes equipamentos.

Relativamente à Avenida Amaro da Costa, informa que, na empreitada lançada para aquela obra não estava previsto o asfaltamento, os trabalhos previstos estão efectivamente concluídos, no entanto, neste momento a Câmara está a preparar um processo para a repavimentação mas está a ser feito um compasso de espera pois há mais alguns trabalhos a fazer nessa área que serão juntos nessa fase. Mais informa que vão ser corrigidos os pedaços sem alcatrão junto aos lancis da rua e quando for feita a repavimentação, não será somente esta artéria mas também mais alguns locais que estão também necessitados dentro da Vila.

--- O Sr. Presidente informa que a Câmara já assinou a integração na ONG Protejo, conforme sugestão do vogal João Filipe em sessão anterior desta Assembleia Municipal. Mais informou que existe um novo Programa nesta área denominado Polis 21 para o Tejo e já houve uma reunião entre os Municípios de Mação, Nisa e Gavião, na qual esteve presente o Vereador Vasco Estrela, em representação do Município de Mação.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela intervém referindo que o Programa Polis 21 é uma boa notícia para Ortiga e para o Concelho de Mação. Informa que este é um Programa que vai permitir que as margens do Rio Tejo de Vila Franca até Idanha-a-Nova tenham programas de intervenção e beneficiação. Mais informa que este Programa só previa, numa primeira fase, intervenções nas margens do Tejo até Abrantes mas posteriormente foi alargado até Idanha-a-Nova. Foi realizada uma reunião entre os três Municípios mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara com o objectivo de começar a pensar o que poderá ser feito para melhorar toda esta zona. O Programa assenta em alguns vectores, nomeadamente, económico, património, recuperação das margens do rio, navegabilidade do Tejo, entre outras. Este Programa vai permitir fazer várias intervenções e Mação lançou algumas ideias para serem trabalhadas, nomeadamente, a recuperação dos pesqueiros em Ortiga, das casas dos pescadores, remodelação da Praia Fluvial, recuperação da zona da Barca da Amieira. Mais informou que algum trabalho poderá ser feito em conjunto com a Câmara de Gavião, no que diz respeito às Praias Fluviais, com a Câmara de Abrantes relativamente às margens do rio e com alguns privados como a EDP e a Refer pois este Programa vai trabalhar também muito com os privados e por isso poderá ser também a altura ideal de resolver o problema das casas da EDP no Concelho de Mação. Referiu ainda que todas as ideias deverão ser trabalhadas a curto prazo pois a primeira reunião com a equipa de trabalho, constituída na sua maioria por pessoal da Parque Expo terá lugar dia 6 de Julho, em Mação. Termina a sua intervenção referindo que este Programa poderá ser uma oportunidade única para o Concelho de Mação se virar mais para o Tejo pois é importante e poderá estar ali a alavanca fundamental para se conseguir tirar algum partido daquela zona que tem todas as potencialidades e que necessita ser bem trabalhado e a segunda fase do Caminho Agrícola do Tejo poderá ser também ponderado no âmbito deste Programa.

--- O vogal João Filipe intervém para felicitar a Câmara pela adesão efectiva do Município ao Protejo pois é um passo importante para que chegue junto dos responsáveis nesta área a informação de que Mação e os Concelhos em redor têm uma palavra a dizer nestas matérias pois os pescadores do Tejo são, desde tempos remotos,

da nossa zona e, por exemplo, a pesca da Varela não se encontra em mais lado nenhum que em Ortiga. Deixa ainda a sugestão à Câmara para que se tente aproveitar esta oportunidade, e dado que a EDP vai ser um parceiro privilegiado neste processo, para se tentar aproveitar a grande capacidade que é o parque habitacional da EDP na Barragem de Ortiga.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informa que esse assunto preocupa a Câmara e que também está nas preocupações da EDP pois a mesma entende que aquela será uma mais valia que interessa à Ortiga, ao Concelho de Mação e à EDP.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, a Sr^a Presidente da Mesa da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**

Seguidamente a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Discussão e votação do projecto de Regulamento do Parque de Campismo de Ortiga**

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informa que houve um pequeno lapso com o título do Regulamento que foi disponibilizado aos membros da Assembleia e que no mesmo deve ler-se “ Regulamento do Parque de Campismo Municipal de Ortiga, Mação”

--- O vogal João Matias Rito refere que é importante a menção do nome de Ortiga, que, por lapso não vinha mencionado no documento, pois o mesmo seria uma injustiça para a população da Freguesia de Ortiga e para as pessoas que contribuíram com a cedência de terrenos para a construção do mesmo. Mais refere que, sobre o parque habitacional da EDP da Barragem de Ortiga, o mesmo estava equacionado pelo executivo, na altura da construção do Parque de Campismo, vir a ser um complemento para o mesmo, numa perspectiva de Turismo de Habitação naquele local mas houve na altura algumas objecções por parte da EDP na cedência das referidas casas, que estariam ainda a ser utilizadas nas férias de alguns colaboradores daquela empresa. Considera que agora se está no bom caminho para que aquele parque habitacional venha a ser cedido à Câmara e possa vir a ser um complemento ao Parque de Campismo e à Praia Fluvial de Ortiga.

Colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida, a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental de 2010.**

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informou que esta Revisão Orçamental já estava de alguma forma prevista, conforme foi referido em Dezembro de 2009 pois o Orçamento foi feito com base num cálculo de transferências do Estado de 1,5%, quando, na realidade, se veio a verificar um aumento de 4,5% e por isso foi feita também uma gestão das rubricas onde esse montante vai ser aplicado. Mais informou que a rubrica referente aos empréstimos foi subdividida, verificando-se agora uma sub rubrica para cada um dos empréstimos.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares refere que esta Revisão Orçamental foi aprovada em reunião de Câmara antes da publicação do Orçamento do Estado em Diário da República e questiona sobre a eficácia da deliberação.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela refere que esta Revisão Orçamental só tem efeito após a aprovação da Assembleia Municipal, pois este é o órgão soberano para tomar essa decisão e o Orçamento do Estado foi publicado ontem e tem efeitos a partir de hoje, no entanto, poder-se-á pedir um parecer à CCDR para salvaguardar a posição da Câmara Municipal e se for necessário, a mesma será ratificada em reunião de Câmara.

--- O vogal João Filipe refere que a bancada do PS não tem qualquer objecção na aprovação da Revisão Orçamental mas considera que será positivo salvaguardar o quadro legal em que a mesma se insere e que foi aqui mencionado.

--- Colocado à votação, o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Em seguida a Sr^a. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação do Relatório de Actividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação referentes ao ano de 2009.**

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela inicia a sua intervenção referindo que este Relatório de Actividades foi aprovado em reunião de Câmara pelos membros do executivo, não tendo merecido a aprovação dos Srs Vereadores do Partido Socialista, pelo que o executivo entende que, face às vicissitudes que o ano de 2009 teve, face ao facto do 3º QCA ter terminado a sua execução, os recursos financeiros previstos não terem sido uma realidade e o QREN ainda não estar a ser executado, a actividade da Câmara nas diversas áreas de intervenção deixa o mesmo de consciência tranquila. Mais refere que, provavelmente, mais poderia ter sido feito mas os recursos não são abundantes e por

isso entende que as decisões que tomaram, as iniciativas que tomaram, as obras que realizaram e os apoios que concederam foram os possíveis e não envergonham este executivo.

Entende por isso que o trabalho feito nas diversas áreas em que o executivo tem responsabilidades acrescidas, foi importante e cumpriu a sua missão.

O trabalho feito na Educação, a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos deixa o executivo orgulhoso, nomeadamente, o apoio dado ao Agrupamento de Escolas, o apoio dado às escolas, os vários serviços que foram prestados à comunidade escolar como a terapia da fala, as bolsas de estudo, os prémios de mérito escolar, a cedência gratuita dos autocarros, a melhoria do parque escolar, que foram iniciativas que serviram para melhorar a educação no nosso Concelho.

Em termos culturais, é por todos reconhecida a imensa actividade cultural desenvolvida no Concelho, por vezes até injustamente criticada, nomeadamente no que concerne ao apoio ao Museu Municipal de Mação.

Relativamente ao apoio às Associações Culturais e Desportivas do Concelho, o mesmo vai muito para além dos subsídios anuais e esta é uma área em que, quanto ao executivo, a sua acção foi também positiva, nomeadamente em relação às actividades desportivas, organizadas pela Câmara ou em parceria com Associações Desportivas do Concelho, que com certeza, foram um contributo importante para a afirmação do Concelho e para o conhecimento do mesmo na região

Relativamente à Acção Social, a Câmara, desde à uns anos atrás, tem técnicos especializados que prestam apoio social aos mais carenciados e chama a atenção para o Regulamento de Apoio à Família e Terceira Idade, aprovado nesta Assembleia em Junho passado, que na altura foi criticado mas que nesta altura é uma realidade a que as pessoas do Concelho de Mação podem recorrer. Mais refere que a Câmara continua a prestar serviços vários na área social pois essa é uma das nossas grandes mais valias e assim se pretende que continue a ser.

No que diz respeito à Saúde, foi debatida, demonstrada, discutida e até criticada a tomada de posição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal relativamente à questão da deslocalização de Mação para o Agrupamento de Centros de Saúde da Zona do Pinhal e para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco. Esta situação é efectiva, está a decorrer, a Câmara tem a garantia dos responsáveis que a população do nosso Concelho não será prejudicada, e o que a Câmara deliberou unanimemente relativamente a este assunto foi de se manter vigilante para que as pessoas não sejam

realmente prejudicadas e a novas situações que possam surgir relativamente a este assunto.

Na área da Protecção Civil e Protecção Florestal foi continuado o trabalho desenvolvido que é bem mais do que o que são as suas competências, nomeadamente ao nível da vigilância, da primeira intervenção, das circulares de protecção às aldeias e também no apoio àquilo que o continuamos a acreditar que será a solução para o Concelho e para o País, que são as Zonas de Intervenção Florestal, que teimam em não ter seguimento por razões a que a Câmara Municipal de Mação é completamente alheia. Continua o apoio aos Bombeiros Voluntários de Mação, também na sua secção em Cardigos e no apoio fundamental para a viabilização do novo quartel que será uma realidade a muito breve prazo.

Relativamente às Águas e Saneamento, finalmente a responsabilidade do sistema de água em alta e o saneamento vai passar para o sistema multimunicipal das Águas do Centro mas a Câmara vai continuar o esforço de manutenção dos sistemas que continuam da responsabilidade da mesma.

Foram feitas várias intervenções na rede viária municipal com a consciência de que ainda há muito a fazer nesta área. Foi feito um esforço sério na requalificação de algumas sedes de Freguesia, nomeadamente, Penhascoso, Envendos, Amêndoa e a requalificação das sedes de Freguesia continuará a ser uma preocupação deste executivo.

A Câmara continua a ajudar das mais variadas formas, dentro das suas competências e possibilidades, os industriais e os comerciantes do Concelho e a Zona Industrial de Cardigos teve avanços significativos e dentro de poucos meses será iniciada aquela obra que o Concelho aguarda e anseia.

Em relação ao Turismo, em 2009, a Praia Fluvial de Carvoeiro teve Bandeira Azul e foi na mesma que decorreu o evento que marcou o início do programa de atribuição desta distinção, o que foi motivo de satisfação para todos.

Mais refere que, apesar do trabalho feito, o executivo tem consciência que não fez tudo bem, que muitas coisas poderiam ter feito melhor, provavelmente outras pessoas teriam tido outras opções mas o executivo tinha a legitimidade de fazer o que entendia ser o melhor para o Concelho e foi isso que fez e por isso está de consciência tranquila de que tudo o que fez foi para melhorar a vida dos munícipes.

Relativamente à execução orçamental, refere que a mesma foi muito condicionada por uma quebra de receitas que não estava prevista e por isso foi a possível com os

recursos que existiam e que contribuíram, certamente, para melhorar as condições de vida da população do Concelho.

Mais refere que a dívida da Câmara está devidamente controlada e dentro daquilo que é admissível para uma Câmara da dimensão da nossa. O resultado do exercício foi positivo na casa dos 833.000,00 €, o património da Câmara está a aumentar de forma sustentada, foram amortizados os empréstimos, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é considerado aceitável e está dentro daquilo que são os objectivos nacionais previstos pelo Governo. Refere ainda que, apesar da consciência das dificuldades, este executivo tem a situação financeira controlada e a actividade desenvolvida foi dentro do que era esperado e que eram os objectivos eleitorais sufragados pelos eleitores.

Termina a sua intervenção referindo que sempre norteou este executivo foi tentar que o Concelho de Mação tenha condições para poder responder a estes períodos complicados que vivemos, que se possa tentar afirmar naquilo que pode oferecer de diferente pois se os Concelhos não tiverem alguma diferenciação em relação àquilo que todos os outros fazem, dificilmente conseguiremos ter alguma afirmação regional.

--- O vogal Manuel Serras intervém para referir que os membros da bancada do Partido Socialista, quando foi discutido o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara, fizeram referência a algumas rubricas que foram indevidamente inscritas no PPI e sobre as quais agora se verifica nestes documentos de prestação de contas não terem tido execução e, se a Câmara não tinha perspectivas nem possibilidade de fazer esses investimentos, teria sido melhor não ter aberto as referidas rubricas para não criar expectativas que não seriam concretizadas. Refere que se verifica um valor exagerado em despesas e combustíveis e considera que a Câmara deveria fazer um esforço de contenção de gastos, especialmente nestes campos.

--- O vogal João Rito intervém para referir que, relativamente ao Relatório de Actividades, nomeadamente ao ponto sobre Acção Social, se congratula com o trabalho desenvolvido pela Câmara nesta área, com todo o apoio prestado, pois o nosso Concelho está cada vez mais envelhecido e este apoio tem proporcionado aos nossos idosos uma melhor qualidade de vida. Considera, no entanto, que neste âmbito ainda há muito trabalho a fazer. Continua a sua intervenção deixando um apelo à Câmara para que continue a apoiar o Centro de Dia de Ortiga na questão do PDM, junto das entidades competentes para a alteração do mesmo, para que o referido Centro de Dia possa proceder às obras de ampliação do mesmo, que tanto anseiam. Relativamente ao

problema da Saúde e da deslocalização de Mação para o Agrupamento de Centros de Saúde da Zona do Pinhal e para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, esta lei foi feita sem qualquer auscultação às populações e já começam a haver problemas para as pessoas, nomeadamente em casos de cirurgias em que as pessoas querem fazer em unidades hospitalares do Médio Tejo e que estão a ser encaminhadas para unidades do Pinhal. Mais refere que cada vez há mais contestação à saída de Mação do Médio Tejo tanto na questão da proximidade como na questão cultural que nos aproxima mais desta região que do Pinhal e considera que, neste momento, as forças políticas estão mais próximas em relação a esta questão e, na sua opinião, poderão estar criadas as condições para que Mação volte ao Médio Tejo.

--- O vogal César Estrela intervém para questionar o executivo sobre verbas de despesa de algumas rubricas que lhe pareceram apresentar valores exagerados, nomeadamente: Prémios, Condecorações e Ofertas; Publicidade, Seminários, Exposições e Similares; Outros Trabalhos Especializados e Bolsas de Estudo.

--- O vogal Manuel Dias intervém para referir que, relativamente ao exercício de 2009, a Câmara conseguiu alguns resultados positivos que são de enaltecer. Relativamente ao orçamento da receita e nomeadamente às receitas de capital, a Câmara depende quase exclusivamente das transferências do Estado pois é um Município de pequena dimensão. Relativamente ao endividamento, refere que é de notar que em 2009, ano de eleições, a Câmara não contraiu qualquer empréstimo e o grau de endividamento não é preocupante, verificando-se que o mesmo é francamente diminuto em comparação com outras Câmaras da mesma dimensão do interior do País. Em relação ao problema das despesas com pessoal, que a Câmara tem tido ao longo aos anos, verifica-se que as mesmas continuam, em termos relativos, abaixo dos 50%, o que é positivo. Congratula-se com o rácio de solubilidade, que considera positivo e demonstra a capacidade que a Câmara tem de resolver as suas responsabilidades.

--- O vogal Abílio Farinha Tavares intervém para referir que as contas apresentadas evidenciam um bocado de despesismo por parte da Câmara Municipal de Mação. Refere que é verdade que as despesas com pessoal apresentam um valor de 46, 4% mas existem algumas rubricas, nomeadamente Outros Trabalhos Especializados e Outros Serviços, que não se sabe exactamente o que são e para os quais solicita esclarecimento do executivo, que podem ser despesas ligadas ao pessoal. Considera que destes factos se infere que estes documentos demonstram despesismo por um lado e falta de especificação por outro lado. Solicita ainda esclarecimento sobre a rubrica de

despesas com Instituições sem fins lucrativos pois parece-lhe uma verba muito avultada para ser somente o apoio dado às Associações.

Relativamente às despesas de capital, comparando o orçamentado e o que foi efectivamente realizado, a sua conclusão é de que o que se gastou em despesas de investimento foi nos projectos do PPI, dando a ideia de que não há obra nova.

--- O vogal João Filipe intervém, realçando duas questões, sendo a primeira a que tem a ver com a deslocalização de Mação para o Pinhal Interior Sul, que como já foi referido, afecta a vida de todos nós. Refere que é natural do ser humano reagir quando as coisas nos tocam e por isso falamos agora do que aconteceu com a Saúde mas esquecemos que o mesmo já aconteceu com a Educação, com a Agricultura e com outras áreas em que a contestação não se fez sentir desta forma, e explica que com estes exemplos quer dizer que todos devemos ficar do lado da solução do problema e essa solução não é, no seu entendimento, discutir casos particulares mas sim o global e esse problema é a nossa integração no Pinhal Interior Sul, então, o grande combate que há a fazer por todos é a luta para a reintegração no Médio Tejo. Mais refere que quando diz “todos” se refere a um projecto de Lei que existe e que foi da iniciativa dos deputados do PSD eleitos por Santarém e neste sentido não podemos ser somente políticos mas sim conciliadores pois, se agora a responsabilidade da nossa situação é do governo actual, do PS, o diploma que colocou inicialmente Mação na NUT III do Pinhal Interior Sul foi o Decreto-Lei nº 46/89, onde permanecemos até hoje, assinado por Cavaco Silva, ou seja algo que aconteceu num Governo do PSD. Assim, considera que não devemos “atirar pedras” uns aos outros, não se devem criar hostilidades sobre as responsabilidades desta deslocalização mas sim encontrar uma forma de voltarmos ao Médio Tejo, uma vez que é o que todos queremos e por isso devemos lutar, numa situação de consenso e equilíbrio, tendo sido já comunicada pelos responsáveis da Concelhia do PS aos deputados do PS a sua posição e o mesmo espera que também tenha sido feito pelos responsáveis concelhios do PSD para que se crie a mencionada situação de consenso e equilíbrio e a solução para Mação seja uma realidade.

Relativamente aos documentos apresentados refere que os mesmos estão explícitos e apresentam uma boa apresentação. Relativamente às despesas correntes, considera que as mesmas apresentam um grande peso e que terá de haver um “emagrecimento” destas despesas, referindo que o executivo tem uma palavra a dizer sobre este facto e terá de ser encontrada uma via de mudar isto pois este peso excessivo das despesas correntes condiciona o investimento e o mesmo é fundamental pois sem ele não há

melhoria de vida das populações nem modernização nas infraestruturas da Câmara e as mesmas irão envelhecer sem hipótese de serem melhoradas. Considera que terá de ser feito um esforço no sentido de diminuir as despesas correntes para possibilitar o investimento.

--- O Sr. Vereador Vasco Estrela informou que, relativamente à questão das NUT's, vai ser posto à votação na Assembleia da República, no dia 12 de Maio, um projecto de Lei para o retorno de Mação ao Médio Tejo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo sido subscritores os três deputados eleitos do PSD por Santarém. Concorde com o vogal João Filipe sobre que não é o momento para se discutir quem foi culpado da actual situação mas sim de nos unirmos para alterar esta situação, no entanto, é importante referir que em 1989 o País não estava regionalizado em termos de NUT's, as mesmas foram criadas para fins estatísticos e era nessa perspectiva que as mesmas funcionavam e em 2005, quando o Partido Socialista chegou ao Governo, Mação estava integrado na Comunidade Urbana do Médio Tejo pois a legislação da altura permitia aos municípios agruparem-se tendo em conta as anteriores Associações de Municípios e não as NUT's.

Relativamente às rubricas abertas sem realização, esse facto deve-se muitas vezes à esperança que o executivo tem de realizar alguns projectos que depois não consegue levar a efeito devido a condicionantes internas e externas à Câmara. Relativamente ao custo exagerado dos combustíveis, refere que os mesmos têm um peso grande pois não podemos esquecer que todos os dias vão, duas vezes, duas carrinhas para o CRIA, a Câmara cede os autocarros gratuitamente para as deslocações das Associações aos fins de semana, as máquinas da Câmara estão constantemente a fazer trabalhos de limpeza e reparação de estradões em todas as Freguesias do Concelho e nestes casos é gasto muito combustível.

Relativamente às questões do vogal César Estrela, os prémios têm a ver com ofertas e lembranças que a Câmara dá a associações, entidades e pessoas que nos visitam, bem como taças e troféus que são solicitados. Relativamente aos Seminários, são essencialmente dois eventos, a Feira Mostra e o Mação Total. Em relação à publicidade, tem a ver com o Boletim Municipal, o Verdinho, a agenda cultural mensal e também com alguma publicidade que a Câmara faz relativamente a vários eventos e concursos. Mais informa que os Trabalhos Especializados se referem a despesas com os recibos verdes do Centro Novas Oportunidades, trabalhos tipográficos, inspecções das viaturas, etc. No que concerne à rubrica da Saúde, a mesma tem a ver com a secção de Recursos

Humanos, e refere-se a algumas despesas que a Câmara tem de pagar através do CAS. Em relação às Bolsas de Estudo, o valor não se refere somente às bolsas aprovadas em cada ano mas também às bolsas que se mantém, estando, neste momento 18 jovens a beneficiar de Bolsa de Estudo, pois se o percurso escolar for positivo, os jovens recebem bolsa até ao fim do curso.

Relativamente à questão do despesismo referida pelo vogal Abílio Farinha Tavares, refere que, respeita a sua opinião, e o executivo entende que as despesas correntes têm efectivamente um peso significativo e são um problema desta e das outras Câmaras e a critica de todas as oposições mas com a quantidade de serviços que prestamos, com a quantidade de funcionários que temos, não há grande margem para alterar esta situação. Concorda que deverá ser tomada alguma medida para diminuir este valor e o esforço do executivo será seguramente nesse sentido.

Em relação às entidades sem fins lucrativos, são as Associações do Concelho, as IPSS, Comunidades Intermunicipais, Pinhal Maior e todo esse tipo de entidades similares. Refere ainda que foi mencionado pelo vogal Abílio Farinha Tavares que não houve obra nova e relativamente a esse assunto, considera que não pode deixar de ser referido o trabalho feito durante o ano nos arruamentos de várias povoações do Concelho, que vem referido no Relatório de Actividades e aparecem na rubrica dos arruamentos.

--- O ponto 4) da Ordem da Trabalhos foi colocado à votação pela Sr.^a Presidente da Mesa, tendo sido aprovado por maioria, com onze votos contra.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- Seguidamente foi proposto pela Sr.^a Presidente da Mesa, a introdução de mais um ponto na Ordem de Trabalhos, ponto **5) Adesão do Município de Mação à empresa C+B – Centro + Bioenergia, Lda.**

Posta à votação, a inserção deste ponto 5) na Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade pelo que se passou de imediato à discussão e votação do mesmo.

--- O Sr. Vereador António Louro informou sobre todo o processo e decisão final do concurso para a Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal. Assim, considerando que o consórcio CENTRO+BIOENERGIA venceu o concurso aberto pela direcção Geral da Energia, para atribuição de capacidade de potência na rede do sistema eléctrico de serviço e ponto de recepção associado para energia eléctrica produzida em central termoeléctrica a biomassa florestal;

Considerando que o referido consórcio tem a participação do Município de Mação, em 1% (um por cento);

Considerando a necessidade da realização da actividade de exploração de central termoelétrica a biomassa florestal ser levada a cabo através de uma sociedade que tenha por objecto a prática de actos de comércio, na qual o Município de Mação manterá a sua participação de 1% (um por cento), cuja designação será C+B – Bioenergia, Lda., com sede em Mação, Freguesia e Concelho de Mação;

Considerando que a Câmara Municipal de Mação deliberou que o Município de Mação passasse a integrar a sociedade comercial por quotas destinada a realizar a actividade de exploração de central termoelétrica a biomassa florestal, mandatando o Presidente da Câmara Municipal de Mação para outorgar na escritura pública de constituição da referida sociedade comercial;

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a participação do Município de Mação em sociedade por quotas destinada a realizar a actividade de exploração de central termoelétrica a biomassa florestal.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- Presente nesta sessão, o Sr. Afonso Matias, residente em Ortiga, que solicitou informação ao executivo sobre se, com a tomada da responsabilidade efectiva por parte das Águas do Centro, da distribuição de água ao Concelho e saneamento, vão continuar a utilizar os furos existentes que forneciam a água para o sistema de abastecimento de Ortiga ou se a povoação vai ser abastecida por alguma barragem que venha a ser construída e neste caso qual será o destino a dar aos referidos furos.

Relativamente ao saneamento, refere que existem munícipes que não têm saneamento e pagam a respectiva taxa, o que considera injusto pois os mesmos não usufruem do serviço.

--- Presente nesta sessão, o Sr. José Fernando Martins, residente em Cerro do Outeiro, Freguesia de Aboboreira, que questiona sobre o horário destas sessões e considera que as mesmas deveriam ser realizadas em horário pós laboral e apela à Sr^a Presidente para esse facto.

Solicita informação sobre ponto de situação de uma obra, situada em Vale do Grou, que teria sido embargada por decisão da Câmara e que verificou que a mesma se encontra em fase final de conclusão.

Solicita informação sobre se a Câmara tem informação sobre decisão final do processo judicial contra o munícipe José Henrique de Matos.

Solicita informação sobre para quando estarão previstas as intervenções na Rua Principal de Cerro do Outeiro e na Fonte da povoação de Cerro do Outeiro, que consta no roteiro Cantos e Cântaros.

Finaliza a sua intervenção referindo que a Câmara responde muitas vezes aos munícipes que não tem capacidade financeira para atender a todos os pedidos que lhe são feitos mas muitas vezes tem capacidade para grandes obras, que são sobredimensionadas e desproporcionadas, nomeadamente a piscina coberta. Assim, estranha que nesta sessão de discussão das contas não tenha sido referida essa obra, sobredimensionada para o tamanho do concelho e que é um dos exemplos de obra que abarca os recursos da Câmara, que depois não são suficientes para suprir outras necessidades urgentes do Concelho.

--- O Sr. Vereador António Louro informou que a adesão às Águas do Centro foi feita sempre no pressuposto que se iria construir a barragem que o Concelho espera desde 1998 e para a qual tínhamos todo o projecto e a Ortiga seria abastecida dessa barragem, no entanto, ao aderir às Águas do Centro, a responsabilidade de encontrar soluções para o abastecimento de água ao Concelho em quantidade e qualidade passou para as mesmas e a construção da barragem terá um custo muito elevado pelo que duvida que a mesma seja uma realidade pois todos os outros concelhos teriam de participar nesse investimento que na prática só serviria o Concelho de Mação. Assim, considera que será mais fácil criar interligações nos sistemas existentes, maximizar os investimentos de Vila Velha e trazer a água daí até aos Envendos ou puxar pelo sistema das Corgas e abastecer o norte do Concelho a partir daí, a solução ainda não está encontrada de forma definitiva apesar da pressão da Câmara nesse sentido. Relativamente ao saneamento, muitas vezes as pessoas julgam que, por não poderem utilizar o colector utilizando a gravidade, não podem ser servidas por esse equipamento, o que não é verdade e o que as pessoas devem fazer nesses casos é adquirir uma bomba, preparar a sua canalização para elevar e drenar no colector. A situação não é agradável mas o resto da população também não tem culpa de algumas pessoas terem construído as suas casas a baixo do colector e se a rua está servida com saneamento e se as pessoas podem adquirir uma bomba e resolver o problema, não é justo que não paguem taxa de saneamento. Relativamente às nascentes e furos será que, se houverem negócios jurídicos que permitam a cedência dos mesmos à Câmara ou à Junta de Freguesia, os mesmos ficarão na posse dessas entidades e se tiverem sido feitos em terrenos privados, somente com a autorização dos proprietários, se os

mesmos foram generosos para com a Câmara e para com o Concelho, a mesma deve corresponder e os furos devem reverter para os proprietários quando deixarem de ser utilizados.

--- O Sr. Presidente da Câmara informa que houve um embargo da obra, o problema está em Tribunal e a decisão final será do referido Tribunal.

Relativamente ao processo judicial contra o munícipe José Henrique Matos, o mesmo encontra-se em recurso e ainda não há um resultado final.

Relativamente à intervenção na Rua Principal de Cerro do Outeiro, a mesma é intenção do executivo, bem como o acesso à povoação de Louriceira, será feito quando for possível aos serviços.

--- E nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----